

da análise e emissão de parecer a Planos Municipais de Emergência de âmbito geral ou especial. De destacar ainda a autoria/co-autoria de diversas publicações e instrumentos de apoio à elaboração e operacionalização de Planos de Emergência de Protecção Civil.

Entre 2008 e 2009 — Foi, em regime de acumulação, coordenador do Gabinete de Relações Internacionais da ANPC, com responsabilidades ao nível da coordenação da cooperação bilateral e multilateral em matéria de protecção civil.

Entre 2006 e 2008 — Foi, em regime de acumulação, coordenador da Equipa de Missão — Presidência Portuguesa UE 2007 da ANPC, sendo responsável pela coordenação da preparação e acompanhamento, em matérias de protecção civil, da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia, tendo ainda, durante o segundo semestre de 2007, presidido ao Grupo de Trabalho de Protecção Civil do Conselho da União Europeia.

Entre 2000 e 2006 — Foi técnico superior do Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil, com desempenho de funções na Divisão de Riscos Naturais e Tecnológicos, designadamente ao nível da avaliação de riscos e apoio à decisão.

Entre 1999 e 2000 — Foi funcionário na Drena — Estudos e Projectos de Saneamento Limitada, desempenhando funções na área do planeamento e gestão de recursos hídricos (Planos de Bacia Hidrográfica) e sistemas de despoluição.

1998 — Foi estagiário no Departamento de Segurança e Ambiente da Ferro — Indústrias Químicas de Portugal, S. A., com desempenho de funções nas áreas de transporte de mercadorias perigosas, saúde ocupacional e controlo de efluentes.

#### Outras referências

É docente das disciplinas de Clima e Fenómenos Extremos e de Planeamento de Emergência, da licenciatura em Engenharia da Protecção Civil do Instituto Superior de Educação e Ciências.

Ministrou formação na Escola Nacional de Bombeiros em matérias relacionadas com a análise de riscos naturais e com a análise de produtos meteorológicos relevantes para os incêndios florestais.

Frequentou, com aproveitamento, dezenas de cursos de formação nacional e internacional dedicados às temáticas da gestão pública, protecção civil, gestão de crises e planeamento de emergência.

203505407

### Despacho n.º 12016/2010

Considerando a necessidade de assegurar o normal funcionamento da unidade orgânica prevista no artigo 4.º do Despacho do Presidente da Autoridade Nacional de Protecção Civil n.º 9390/2007, de 1 de Abril, publicado no *Diário da República* n.º 100, 2.ª série, de 24 de Maio, ao abrigo e nos termos do disposto nos n.º 1 e 2 do artigo 27.º e artigo 26.º-A, ambos da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro e pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril conjugado com o disposto no n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 75/2007, de 29 de Março, nomeio em comissão de serviço, em regime de substituição, para desempenhar as funções de Chefe do Núcleo de Planeamento de Emergência, da Direcção Nacional de Planeamento de Emergência, a Licenciada Sandra Maria Sacramento Serrano Teixeira de Carvalho.

A nomeada tem o perfil pretendido para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço e é dotada da necessária competência e aptidão para o exercício do cargo, conforme resulta da síntese curricular publicada em anexo.

O presente despacho produz efeitos à data da sua assinatura.

Assinado em 16 de Julho de 2010. — O Presidente, *Arnaldo José Ribeiro da Cruz*.

### Síntese Curricular

#### Dados Pessoais

Nome: Sandra Maria Sacramento Serrano Teixeira de Carvalho  
Nacionalidade: Portuguesa  
Data de Nascimento: 12 de Maio de 1969

#### Formação Académica

Licenciatura em Urbanismo, pela Universidade Lusófona  
Pós-graduação em Gestão de Emergência, pela Escola Nacional de Bombeiros

#### Experiência Profissional

Iniciou a sua actividade profissional em 1997 na Direcção de Serviços de Planeamento e Operações do Serviço Nacional de Protecção Civil (SNPC), participando na composição de planos, relatórios, quadros

e mapas. Transitou para o Ministério da Administração Interna onde participou na análise documental, referente às Intempéries de Out./Nov. 97, que assolaram o Alentejo e Algarve.

Em Julho de 1999, regressa ao SNPC, exercendo funções de assessoria e consultoria para apoiar o desenvolvimento de acções relacionadas com Planos de Emergência.

Entre 2000 e 2007, na Divisão de Riscos Naturais e Tecnológicos do Serviço Nacional de Bombeiros e Protecção Civil (SNBPC), desempenhou funções na avaliação de riscos e vulnerabilidades, colaborou em acções de formação, informação pública e apoio técnico à decisão operacional. Foi representante em vários grupos de trabalho destacando-se o Plano Nacional de Acção Ambiente e Saúde. Participou em projectos diversos, nomeadamente, fez parte da equipa de trabalho para elaboração do Estudo do Risco Sísmico da Área Metropolitana de Lisboa e concelhos limítrofes e da equipa inicial do Estudo do Risco Sísmico e de Tsunamis do Algarve. É co-autora de diversos artigos publicados no âmbito do risco sísmico.

Desde Abril de 2007, no Núcleo de Planeamento de Emergência, da Autoridade Nacional de Protecção Civil, desempenha funções relacionadas com a implementação da Directiva de Planeamento de Emergência a nível municipal, distrital e nacional, tendo colaborado no desenvolvimento de diversos instrumentos de apoio à elaboração de Planos de Emergência de Protecção Civil (ex: “Caderno Técnico PROCIV 3 — Manual de apoio à elaboração e operacionalização de Planos de Emergência de Protecção Civil”; Plataforma do Sistema de Informação de Planeamento de Emergência; Matriz de Avaliação de Planos de Emergência). Para além da análise e emissão de pareceres a Planos de Emergência, esteve integrada na equipa responsável pela elaboração do Plano Especial de Emergência para o Risco Sísmico na Área Metropolitana de Lisboa e Concelhos Limítrofes, participa no grupo de trabalho para a revisão da Directiva NRBQ e coordena a elaboração das componentes não reservadas do Plano Nacional de Emergência em revisão.

#### Formação complementar

Frequência de vários cursos/seminários/colóquios/workshops, nacionais e internacionais na área da Protecção Civil (ex: Planeamento Civil de Emergência, Planeamento de Emergência em Barragens, Exercícios de Centros de Operações, International Environmental Disaster Operations, Advanced Training Course).

203505456

## Inspeção-Geral da Administração Interna

### Aviso n.º 14697/2010

#### Abertura de Procedimento Concursal para ocupação de um posto de trabalho na carreira geral/categoria de Técnico Superior, na modalidade de Contrato de Trabalho em Funções Públicas por Tempo Indeterminado.

1 — Modalidade do procedimento concursal e de relação jurídica de emprego público a constituir, entidade responsável, acto que o autoriza e n.º de postos de trabalho a ocupar — Nos termos dos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 6.º, do n.º 1 do artigo 50.º da Lei n.º 12-A/2008 de 27/2, rectificada pela Declaração de Rectificação n.º 22-A/2008 de 23 de Abril, publicada no DR, 1.ª série, n.º 81, de 24 de Abril, alterada pelo artigo 37.º da Lei n.º 64-A/2008 de 31/12 e pelo artigo 18.º da Lei n.º 3-B/2010 de 28/4, bem como da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 19.º da Portaria n.º 83-A/2009 de 22 de Janeiro, faço público que, tendo em conta a inexistência de reserva de recrutamento nesta Inspeção -Geral que permita satisfazer as necessidades de recrutamento e a que, após realizada a consulta à ECCRC prevista no n.º 1 do artigo 4.º da Portaria n.º 83-A/2009 de 22 de Janeiro, informou a DGAEP, à qual compete assegurar transitoriamente as funções daquela, através do Ofício com registo de entrada n.º 994/2010 de 11/03/2010, inexistir qualquer reserva de recrutamento junto desta entidade que permita satisfazer as características do posto de trabalho a ocupar, foi autorizado por meu despacho de 22 de Fevereiro de 2010, no uso de competência própria prevista na alínea *d*) do n.º 1 do artigo 7.º da Lei n.º 2/2004 de 15 de Janeiro, alterada pelo artigo 2.º da Lei n.º 51/2005 de 30 de Agosto, pelo artigo 29.º da Lei n.º 64-A/2008 de 31/12 e pelo artigo 25.º da Lei n.º 3-B/2010 de 28/4, a abertura, pelo prazo de 10 dias úteis contados a partir da data da publicação do presente Aviso, de procedimento concursal comum com vista ao recrutamento de um trabalhador para ocupação de um posto de trabalho na carreira geral/categoria de Técnico Superior do Mapa de Pessoal da Inspeção-Geral da Administração Interna aprovado pelo Sr. Ministro da Administração Interna em 18/12/2009, (inserido na actividade B, Assessoria Técnica, Estudo, Programação e Controlo em matéria de Gestão Pública, Recursos, Economia e Finanças), na modalidade de relação jurídica de